

Os projetos da Anatel para o futuro

Aos pilares do modelo privado das telecomunicações brasileiras – competição e universalização, que continuam cada vez mais essenciais –, foram acrescentados pela Anatel os da otimização do espectro da radiofrequência e da continuidade da ação fiscalizadora.

– A competição é importante para evitar os monopólios privados. As concessionárias do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) tendem a uma forte participação no mercado residencial da telefonia fixa local – observou Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, presidente da Anatel, em palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

O domínio da concessionária no mercado local é um fenômeno global, tal como na Espanha (Telefónica detém 90%), Itália (TIM, 90%), México (Telmex, 90%), EUA (Baby Bells, 90%) e em outros países, inclusive no Brasil. No mercado inglês, a British Telecom (80%) compete com as empresas de *tevé* a cabo (15%).

A estratégia das empresas-espelho (Vésper, GVT e Intelig), operadoras autorizadas a competir com as concessionárias, não deu certo e foi um fenômeno que infelizmente não foi previsto pelos consultores, locais e estrangeiros, contratados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso por ocasião da privatização.

A Anatel agora estuda medidas de fomento à competição no mercado local das telecomunicações fixas, a começar pelas PME – o mercado corporativo já é alvo de competição de todas as operadoras –, passando, a seguir, a dar maior atenção para o mercado residencial.

Dentre as medidas planejadas pela Anatel, Luiz Schymura citou, em âmbito burocrático, agilizar a liberação de autorizações para a prestação do serviço, bem como os processos referentes à violação da ordem econômica; e, na área operacional, regulamentar, ainda este ano, o compartilhamento do acesso (*unbundling*) ao usuário final e dar portabilidade numé-

rica aos códigos geográficos, tipo 0 800.

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações alertou que, a partir de 2006 – data em que passam a vigorar os contratos de concessão, prorrogados até 2025 –, a ênfase não será mais na expansão e modernização do sistema e sim no estabelecimento de uma efetiva competição.



Schymura: A ênfase, a partir de 2006, será estabelecer uma efetiva competição

Quando à competição nos serviços móveis, ela já existe (**maiores informações, consulte o site da Telebrasil: www.telebrasil.org.br**) com até cinco operadoras por área. A Anatel pretende agilizar a análise (complexa) sobre fusões e aquisições nesse setor pulverizado e otimizar o uso do espectro de radiofrequência, que é um bem escasso. As frequências não-utilizadas pelos seus respectivos adquirentes, tal como terras improdutivas, deverão ser retornadas ao Estado.

Universalização

Em época de um governo cujo discurso é a preocupação com o social, a universalização das telecomunicações – levar pelo menos o acesso a um telefone a toda população – se reveste de renovada importância.

Houve esforço das concessionárias para cumprir com as metas de universalização, como prover a terminais de uso público, em localidade com mais de 100 habitantes e disponibilizar acessos individuais para

localidades com mais de 300 habitantes.

Já no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que passa a vigorar a partir de 2006, trocaram-se as metas. A distribuição de acessos passou a enfatizar os Postos de Serviços de Telecomunicações e a obrigatoriedade de instalação de acessos coletivos em cooperativas rurais.

Os PATs (pontos de atendimento para telecomunicações), menina dos olhos de Luiz Schymura, serão instalados em colégios e agências dos Correios e virão equipados com quatro terminais de acesso à Internet, além de facilidades telefônicas.

Para as classes D e E, de menor renda, será introduzido pela Anatel o Acesso Individual Classe Especial (AICE) para pessoas não-atendidas pelo STFC. Será conduzida uma consulta pública para viabilizar o telefone fixo para as pessoas de mais baixa renda.

Em termos de investimentos no setor de telecomunicações pelo setor privado, a cifra alcançou perto de R\$ 100 bilhões em cinco anos, dos quais cerca de 1/3, ou seja, R\$ 35 bilhões, foi utilizado para a aquisição de outorgas. As concessionárias de telefonia fixa adquiriram suas outorgas por R\$ 14,1 bilhões contra R\$ 21 bilhões desembolsados pelas operadoras móveis para adquirir o espectro.

Em contrapartida, as operadoras *incumbents* investiram R\$ 49 bilhões em infra-estrutura, ou seja, quase quatro vezes mais do que os R\$ 13 bilhões investidos pelas operadoras móveis.

Segundo um levantamento da Associação Brasileira de Empresas Prestadoras de Serviços em Telecomunicações (Abeprest), as operadoras deverão desembolsar até o final de 2003 R\$ 10,2 bilhões, 32% ou R\$ 3,3 bilhões serão em contratos de prestação de serviços, sendo a metade para as operadoras fixas para facilidades de banda larga e rentabilidade da rede existente. As operadoras celulares deverão continuar com sua expansão na tecnologia GSM e para a geração 2,5 G. (JCF)

Acelerando a inclusão via 450 MHz

A idéia é ousada: construir uma infovia wireless de banda larga multio-
peradora para viabilizar novos serviços de telecomunicações e deslan-
char a inclusão digital no Brasil.

Seu idealizador e principal defensor, o vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios da Lucent, Luiz Cláudio Rosa, está otimista quanto à viabilidade da alternativa. “A Anatel já verbalizou interesse em implementar num modelo regulatório para dar sustentação à proposta”, revelou Rosa, acrescentando que até meados de 2004 seria possível criar um ambiente de concessão de novos serviços.

De acordo com os planos da Lucent (uma associada da TELEBRASIL), a rede, que foi testada no final de maio em Brasília

durante o E-gov 2003, deverá ser construída nas tecnologias CDMA 1x EV ou W-CDMA – que permitem taxas de transmissão de dados acima de 2 Mbps – e na frequência de 450 MHz. Tal faixa de espectro possibilita que cada estação radiobase cubra um raio de 60 quilômetros, área de 10 a 20 vezes maior do que a coberta pelas redes celulares nos espectros convencionais. Com isso, é possível chegar a regiões mais remotas com menores investimentos. “A idéia é que esta infra-estrutura seja compartilhada por várias empresas com diversos perfis de



Rosa, da Lucent: “A idéia é viabilizar serviços que hoje não saem do papel”

uso, viabilizando serviços que hoje não saem do papel pela baixa relação custo-benefício que tem no atual modelo das operadoras”, sintetizou Rosa. O executivo explicou ainda que está sendo estudado um modelo de negócios para a infovia, que pode utilizar as *carriers* atuais ou abrir espaço para novos empreendedores. (AG)

Tecnologia

EDGE: vem aí o 3G do GSM

Está chegando ao País a solução EDGE, evolução das atuais redes celulares GSM/GPRS, que permite maior velocidade de transmissão de dados e, conseqüentemente, novos serviços aos usuários. “A rede GSM da Claro, que deve entrar em operação em outubro, já inclui esta tecnologia em sua totalidade”, afirmou Jesper Andersen, vice-presidente de *Marketing* e Negócios da Ericsson (uma associada da TELEBRASIL), empresa que forneceu a arquitetura EDGE e parte das estações radiobase da rede GSM da Claro.

A operadora depende apenas da chegada ao Brasil de terminais adaptados à tecnologia, prevista para ocorrer até o primeiro trimestre de 2004. O EDGE é considerado o primeiro



A nova tecnologia permitirá aplicações mais avançadas

passo das redes GSM na terceira geração de serviços móveis, com taxas médias de transmissão de dados de 120 Kbps e máximas de 384 Kbps. “Esse desempenho é três vezes superior ao do GPRS, o que permite às operadoras oferecerem aplicativos mais

avançados e com maior percepção de valor por parte do usuário”, garantiu Andersen.

O executivo revelou ainda que, além de melhorias na transmissão de dados, imagens e vídeos, a solução pode aumentar a capacidade para tráfego de voz das *carriers*, ao permitir uso mais eficaz do espectro de frequência. Ao redor do mundo, a única operadora a já dispor comercialmente do EDGE é a norte-americana Cingular Wireless, que lançou a solução em Indianápolis (EUA), no mês de junho. Segundo a 3G Américas, entidade que promove o GSM no continente americano, 33 operadoras da região já demonstraram interesse em implementar a tecnologia. (AG)

Expediente

O TELEBRASIL em REVISTA é um boletim voltado essencialmente para o registro das atividades da Telebrasil – Associação Brasileira de Telecomunicações e de seus associados.

Editor-executivo: João Carlos Pinheiro da Fonseca • Diretor responsável: Mário Silveira • Edição e redação: João Carlos Fonseca • Reportagem: Augusto Góes e Luís Alberto Prado • Secretaria de redação e copidesque: Dígrafo Produção Editorial. Design Gráfico: Camarinha Comunicação & Design • Fotos: João Carlos Fonseca e Arquivo Telebrasil. Tel.: (21) 2244-9494, fax: (21) 2542-4092 e e-mail: telerev@telebrasil.org.br